

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL DESTINADO
À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
LIMPEZA E INSPEÇÃO VÍDEO DO EMISSÁRIO DA LAJE, NO SISTEMA DE
SANEAMENTO DA COSTA DO ESTORIL**

TA_23_022_CI_S_002_DMA

PROGRAMA DE CONCURSO

abril 2023

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

1. O presente concurso tem por objeto principal a Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e seus Anexos, que dele fazem parte integrante.
2. A Prestação de serviços tem ainda por objeto a realização dos trabalhos não sistemáticos de execução de acessos provisórios.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S. A., adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130, com o endereço eletrónico geral.adta@adp.pt, telefone: +351 213 107 900 e fax +351 213 107 901.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a Decisão de Contatar

A decisão de contratar, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação da Comissão Executiva da Águas do Tejo Atlântico, S.A., em reunião realizada no dia 04/04/2023, ao abrigo da delegação de competências em vigor na Tejo Atlântico, aprovadas pelo seu Conselho de Administração, em 21 de Outubro de 2021.

Artigo 4.º

Plataforma Eletrónica

1. O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e Erros e Omissões sobre as peças do procedimento

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das mesmas peças devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do procedimento, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo neste caso atender-se ao disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 64.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

Documentos que Constituem as Propostas

1. As propostas devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - 1.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchidas as partes I, II (com exclusão da secção D), III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

I.2. Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:

I.2.1. Proposta de preço global, em conformidade com o modelo que constitui o **Anexo II** ao presente Programa de Concurso;

I.2.2. Lista dos Preços Unitários (LPU), em formato *pdf* e *excel*, devidamente preenchida, em conformidade com o modelo apresentado no **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, devendo os preços unitários ser apresentados a 2 (*duas*) casas decimais;

I.2.3. Memória descritiva e justificativa do modo de organização e prestação dos serviços e metodologias de ação, que deverá incluir o seguinte:

- a) Descrição dos procedimentos e equipamentos a utilizar na limpeza e na inspeção CCTV de coletores e de câmaras de visita, em estradas rodoviárias e em terrenos de acesso difícil;
- b) Descrição da metodologia a seguir e dos equipamentos a utilizar para transporte a vazadouro dos resíduos resultantes da limpeza do emissário da Laje, bem como do seu local de destino final;
- c) Localização prevista, áreas e organização das instalações de apoio à Prestação de Serviços.

I.2.4. Plano de mão-de-obra para o período de vigência do contrato, que deverá incluir obrigatoriamente:

- a) Caracterização de cada um dos tipos de mão-de-obra inerentes à realização da Prestação de Serviço;
- b) Lista nominativa dos trabalhadores afetos à prestação de serviços, respetivos curricula e vínculo à empresa, conforme **Anexo IV** do Programa de Concurso;
- c) Apresentação de um organigrama funcional das equipas afetas à prestação de serviços e dos elementos afetos a cada tipo de equipa;

I.2.5. Lista de Equipamento, que deverá incluir obrigatoriamente:

- a) Lista dos tipos de equipamentos a utilizar para a realização da prestação de serviços, assinalando o número de unidades a utilizar em cada uma das operações a realizar e sua justificação. Deve indicar ainda se os equipamentos são sua propriedade ou alugados, se são novos ou usados, caso em que deverá

ser indicada a data de fabrico. No caso dos veículos de limpeza deverão ser especificadas as suas respetivas matrículas;

- b) Caracterização dos equipamentos de limpeza, filmagem, topografia e transporte, que deve vir acompanhada da literatura técnica que defina detalhadamente as suas características; as marcas e/ou fabricantes têm que ser explicitadas sem ambiguidades na proposta do concorrente;
- c) Cronograma de mobilização dos equipamentos ao longo do período da prestação de serviços.

I.2.6. Plano Geral de serviços:

- a) Este plano deve ser elaborado com base nos rendimentos mínimos mensais para os trabalhos sistemáticos, traduzidos em comprimentos de rede de emissário limpo e visionado, quanto à mão-de-obra e equipamentos utilizados.

I.2.7. Caracterização detalhada dos sistemas de informação a utilizar na produção e validação das observações das tubagens, normalizadas de acordo com a codificação da ENI 3508-2 (ou equivalente) e metodologia do WRc (2001).

I.2.8. Procedimentos administrativos e relatórios a apresentar:

- a) O concorrente deverá descrever os circuitos e ações de recolha, registo e tratamento de informação e as rotinas de comunicação propostas, incluindo a apresentação de formatos de documentos e modelos de relatórios, fichas, quadros, elementos gráficos e outros e referir tipo de procedimentos administrativos que o relacionará com a Tejo Atlântico;
- b) Deve apresentar um modelo de relatório relativo às filmagens por CCTV, o qual deve respeitar os requisitos do Caderno de Encargos;
- c) Deve apresentar modelos dos relatórios relativos aos trabalhos de limpeza, devendo estes últimos respeitar os requisitos do Caderno de Encargos.

I.2.9. Outros elementos de apresentação facultativa, que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP.

I.3. Os seguintes documentos, contendo os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Tejo Atlântico pretende que o concorrente se vincule:

- I.3.1. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo (conforme decorre do artigo 13.º do presente Programa de Concurso).
 - I.4. Documento onde o concorrente indique as entidades e atividades que pretende subcontratar (aplicável apenas quando o concorrente pretenda recorrer à subcontratação);
 - I.5. Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente a Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor.
2. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associaram em agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou Consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, conforme modelo apresentado no **Anexo IV** do presente Programa de Concurso (Acordo-Promessa de Constituição).
3. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum do agrupamento, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
4. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que constituem a proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalecem sobre o original.

Artigo 7.º

Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 8.º

Prazo para Apresentação de Propostas

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica, até às 23h59 do 32.º (trigésimo segundo) dia a contar da data de envio para publicitação do anúncio em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 9.º

Modo de Apresentação das Propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser individual e eletronicamente assinados.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos números 2 e 3 do presente artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

Prazo da Obrigação de Manutenção das Propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 11.º

Fase de Negociação

As propostas não serão objeto de negociação nem haverá lugar a leilão eletrónico.

Artigo 12.º

Critérios de Adjudicação e de Desempate

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, com base nos seguintes fatores e subfactores variáveis de apreciação e respetivas ponderações:
 - a) Preço Global: 60%
 - b) Valia Técnica da Proposta: 40%
2. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante do **Anexo V** ao presente Programa de Concurso.
3. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate e por ordem sequencial, os seguintes critérios:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço global;
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, o empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo para o artigo 1.2., conforme indicado no Anexo II ao presente Programa do Concurso;
 - c) Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o preço unitário mais baixo para o artigo 4.1. conforme indicado no Anexo II do presente Programa do Concurso;
 - d) Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar maior pontuação no fator “Valia Técnica da Proposta”;
 - e) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:

I.e.I. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, da data, da hora e do local da realização do sorteio;

- I.e.2. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
- I.e.3. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números respetivos;
- I.e.4. Determinar-se-á a ordenação dos concorrentes para efeitos de retirar a bola pela maior pontuação obtida através de um lance de dados;
- I.e.5. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
- I.e.6. A não comparência de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 13.º

Preço Anormalmente Baixo

- 1. O preço total resultante das propostas será considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto no artigo 71.º do CCP, caso apresentem um preço inferior a 154.000,00€ (*cento e cinquenta e quatro mil euros*).
- 2. A determinação do preço anormalmente baixo foi feita tendo em conta a necessidade de garantir a qualidade dos serviços a serem prestados e a correta e atempada execução contratual por parte do adjudicatário, no sentido de procurar que o contrato seja pontual e corretamente cumprido, assim como assegurando o cumprimento do disposto dos princípios da transparência e da igualdade de tratamento, previstos no artigo 1.º-A do CCP.
- 3. O limiar foi fixado tendo em conta prestações semelhantes adjudicadas pela AdP e a evolução de preços recente no mercado.

Artigo 14.º

Documentos de Habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º os seguintes documentos:
 - a) Declaração de habilitação emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP e do **Anexo VI** ao presente Programa de Concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP:
 - I.b.1. Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - I.b.2. Certificado do registo criminal do prestador de serviços;
 - I.b.3. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - I.b.4. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Alvará de empreiteiro de obras públicas contendo as habilitações da Subcategoria 2 ou 13 da 5ª Categoria, ou Subcategoria 1 ou 6 da 2ª Categoria; Classe mínima I, de Classe correspondente ao valor dos trabalhos referidos no artigo 4.1 da Lista de Preços Unitários a que se refere o Anexo II ao presente Programa do Concurso;
 - d) Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
2. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP, o Adjudicatário deve ainda apresentar os seguintes documentos:
 - a) Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, de acordo com o modelo do **Anexo VII** ao presente Programa de Concurso;

- b) Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação, conforme **Anexo VIII** ao presente Programa de Concurso.
3. Caso o Adjudicatário revista a forma de agrupamento:
- a) Os documentos de habilitação referidos nas alíneas a), b) e d) do número 1 devem ser apresentados por todos os seus membros;
 - b) Os documentos de habilitação previstos na alínea c) do número 1 devem ser apresentados por todos os membros do agrupamento cuja atividade careça da sua titularidade;
4. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
5. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos na alínea b) do número 1 do presente artigo, ou estes não se refiram a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo Adjudicatário, perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
6. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde os documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária à consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
7. O Adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do número 1 do presente artigo se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
8. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (cinco) dias, na sequência de solicitação do Adjudicatário formulada à Tejo Atlântico, antes de expirado o prazo a prorrogar.
9. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

10. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao Adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 15.º

Caução

1. Para a garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o Adjudicatário deve prestar uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual, no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da notificação da adjudicação.
2. A caução referida no número anterior deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Tejo Atlântico, nos termos do modelo constante no **Anexo IX** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro caução, nos termos dos modelos constantes dos **Anexos X e XI**, ambos do presente Programa de Concurso.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 16.º

Modalidade Jurídica do Agrupamento Adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, ou ACE.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 17.º

Celebração do Contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Prestador de Serviços ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Prestador de Serviços é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta dos concorrentes e do Adjudicatário todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas e à celebração do contrato.

Artigo 18.º

Dados Pessoais

1. Os dados pessoais que, eventualmente, constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela Tejo Atlântico, exclusivamente no âmbito do presente procedimento de aquisição de serviços, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A Tejo Atlântico garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais ara efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adta@adp.pt.

Artigo 19.º

Legislação Aplicável

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere o n.º I.1 do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

Formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchidas as partes I, II (com exclusão da secção D), III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Modelo de Proposta de Preço

[a que se refere o n.º 1.2.1 do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

_____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____ [qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento destinado à celebração do contrato com a referência **TA_23_030_CI_S_003_DMA** para a **“Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril”**, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato, em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas e pelos preços unitários constantes da Lista de Preços Unitários adjudicada, pelo preço global máximo de € _____ ([por extenso]), a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO III

Lista de Preços Unitários

[a que se refere o n.º 1.2.2 do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

Declaração da composição nominativa da equipa responsável pela execução dos serviços e de “Currícula” dos técnicos respetivos

[a que se refere o n.º 1.2.4, b) do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

Identificação do representante legal do concorrente, na qualidade de *[qualidade em que subscreve a declaração]* da *[identificação da sociedade ou do agrupamento]*, com sede em *[local da sede ou morada]*, declara, sob compromisso de honra, que a composição da equipa responsável pela execução do contrato com a referência **TA_23_030_CI_S_003_DMA** para a **Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril**, é a seguinte:

- Diretor Técnico da Prestação de Serviços;
(nome conforme curriculum próprio)
- Coordenador da prestação de serviços
(idem)
- Outros Técnicos
(idem)
- Técnico Superior de SHST
(idem)

Data: _____

Assinatura(s): _____

B. Modelo dos “Currícula”

➤ Nome: _____

➤ Nacionalidade: _____

➤ Idade: _____

➤ Grau académico: *(indicar os graus que possui e as escolas superiores que lhes conferiram e os anos em que os obteve bem como a formação específica se for o caso)*

➤ Anos de experiência profissional: _____

➤ Qualificações principais: *(resumo em não mais de 200 palavras)*

➤ Experiência profissional nos domínios relacionados com a execução de serviços de natureza idêntica à da presente Prestação de Serviços nos últimos 5 (cinco) anos: *(resumir cada experiência indicando apenas o cliente, o ano de realização, a designação, a dimensão e a localização).*

ANEXO V

Modelo de Acordo-Promessa de Constituição

[a que se refere o n.º 2 do Artigo 6.º do Programa de Concurso]

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Procedimento para a celebração do contrato com a referência **TA_23_030_CI_S_003_DMA** para a “**Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril**”, e nos termos do número 2 do artigo 6.º do Programa de Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio ou agrupamento. (a)

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio ou agrupamento a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio ou agrupamento perante a Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Tejo Atlântico a qualquer alteração na composição do agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o Consórcio ou ACE adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

ANEXO VI

Metodologia de Avaliação das Propostas

[a que se refere o n.º 2 do Artigo 12.º do Programa de Concurso]

I. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o n.º 1 do artigo 12.º do Programa de Concurso, o critério de adjudicação da presente Prestação de Serviços é o da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator, com base nos seguintes fatores de avaliação e respetivas ponderações:

Fatores de Avaliação	Ponderação %
1. Preço Global	60 %
2. Qualidade Técnica da Proposta	40 %

A classificação final de cada proposta, de acordo com a metodologia adotada na análise de cada um dos fatores de apreciação, bem como dos coeficientes de ponderação dos mesmos, resultará do somatório das pontuações obtidas nesses fatores.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO GLOBAL”

Ao fator de avaliação Preço Global será atribuída uma pontuação de valor igual ou menor que 10. A classificação, neste fator, é atribuída pela aplicação da seguinte expressão:

Se Valor da Proposta $i > PAB$

$$\text{Pontuação(Proposta } i) = 8 * \frac{PBC - V_i}{PBC - PAB}$$

Se Valor da Proposta $i \leq PAB$

$$\text{Pontuação (Proposta } i) = 10 - 2 * \frac{V_i}{PAB}$$

em que:

Pontuação (Proposta i)	é a pontuação a atribuir ao fator Preço, com um máximo de 10 pontos;
V_i	é o valor da proposta i ;
PBC	Preço Base do Concurso;
PAB	Preço Anormalmente Baixo.

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

A avaliação deste fator tem em consideração os documentos da Proposta identificados nos pontos 1.2.3 a 1.2.8 do artigo 6.º do Programa de Concurso, destinando-se a avaliar:

- a) A clareza e adequação da Memória Descritiva e Justificativa do modo de organização e prestação dos serviços e metodologias de ação;
- b) A clareza e adequação do Plano de Trabalhos;
- c) A adequação da equipa técnica afeta à Prestação de Serviços, da organização do tipo de equipas e a afetação de cada um dos técnicos;
- d) A adequação e afetação dos equipamentos propostos;
- e) A clareza e adequação da proposta técnica, através dos documentos identificados nos pontos 1.2.6 a 1.2.8 do artigo 6.º do Programa de Concurso;
- f) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o Concorrente apresente e que não estejam em contradição com o estipulado no presente programa do procedimento.

A pontuação do fator Qualidade Técnica da Proposta será atribuída, numa escala de 0 a 10 valores para cada alínea acima indicada, com base na seguinte metodologia, sendo a pontuação final a ponderação da pontuação atribuída às diversas alíneas:

Proposta de muito boa qualidade e com um nível excelente de detalhe dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos do fator em apreciação	10
Proposta de boa qualidade e com um bom nível de detalhe dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos do fator em apreciação.	8
Proposta de qualidade satisfatória e com um nível de detalhe adequado dos trabalhos especificados no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos do fator em apreciação	6
Proposta de qualidade fraca que um nível de detalhe mediano dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos do fator em apreciação	4
Proposta de muito fraca qualidade que não satisfaz no detalhe dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos do fator em apreciação	2
Proposta sem qualidade que não evidencia qualquer detalhe dos trabalhos previstos no Caderno de Encargos, no que se refere aos aspetos do fator em apreciação.	0

ANEXO VII

Modelo de declaração de habilitação

[a que se referem a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP e a alínea a) do n.º I do Artigo 14.º do Programa de Concurso]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento destinado à celebração do contrato com a referência **TA_23_030_CI_S_003_DMA** para a **Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Víde do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril**", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (5)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada>>.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO VIII

Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do Artigo 14.º do Programa de Concurso]

[Identificação da Entidade], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Tejo Atlântico, nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Tejo Atlântico, num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com a aquisição de serviços à Tejo Atlântico.

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO IX

Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do Artigo 14.º do Programa de Concurso]

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento com a referência **TA_23_030_CI_S_003_DMA** para a **Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril**”, o Prestador de Serviços será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (indicar outra forma de delegação se aplicável ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de xxx)

Mais declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

ANEXO X

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

[a que se refere a alínea a) do n.º 2 do Artigo 15.º do Programa de Concurso]

Euros _____ €

Vai _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para o contrato com a referência **TA_23_030_CI_S_003_DMA** para a **Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril**, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Águas do Tejo Atlântico, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO XI

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do Artigo 15.º do Programa de Concurso]

À [designação da entidade adjudicante]:

O _____[banco], com sede em _____[morada], com capital social de _____[capital social], pessoa coletiva número _____[número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____[representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____[nome do adjudicatário], com sede em _____[morada], como adjudicatário do procedimento n.º TA_23_030_CI_S_003_DMA, destinado à celebração do contrato de “Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril”, garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por “Beneficiário”), até ao valor de _____Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar a sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer qualquer benefício de prévia execução dos bens do Ordenante e sem a dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do Caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Códigos dos Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade ou vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelem necessárias.

[Local], [data]

[assinatura(s)]

ANEXO XII

MODELO DE SEGURO CAUÇÃO

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 15.º do Programa de Concurso]

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada], presta a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. e ao abrigo do contrato de seguro caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º **TA_23_030_CI_S_003_DMA** destinado à celebração de contrato de **Prestação de Serviços de Limpeza e Inspeção Vídeo do Emissário da Laje, no Sistema de Saneamento da Costa do Estoril**, com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Águas do Tejo Atlântico, S.A., vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (*cinco*) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Tejo Atlântico, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário] assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Tejo Atlântico, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[assinatura(s)]